

**COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E
CULTURA
ESPECIALIZAÇÃO EM TEORIAS DE PRÁTICAS DA GEOGRAFIA
ESCOLAR**

GUILHERME MONTENEGRO DE CARVALHO COSTA

**A REGIÃO NORTE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
GEOGRAFIA DO PNLD DO 7º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Rio de Janeiro
2025



GUILHERME MONTENEGRO DE CARVALHO COSTA

**A REGIÃO NORTE NOS LIVROS DIDÁTICOS DO DE GEOGRAFIA DO PNLD DO
7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Especialização em Teorias de Práticas da Geografia Escolar em 29/04/2025, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em **Teorias de Práticas da Geografia Escolar**.

Orientador(a): Prof. Dr. Marcus Vinicius Silva Gomes.

Rio de Janeiro

2025

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

S586 Costa, Guilherme Montenegro de Carvalho

A região norte nos livros didáticos de geografia do PNLD do 7º ano do ensino fundamental / Guilherme Montenegro de Carvalho Costa. – Rio de Janeiro, 2025.

25 f.

Artigo científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Marcus Vinicius Silva Gomes.

1. Geografia (Ensino Fundamental) - Estudo e ensino. 2. Livro didático. 3. Brasil, Norte. 4. Programa Nacional do Livro Didático (Brasil). I. Gomes, Marcus Vinicius Silva. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 910

GUILHERME MONTENEGRO DE CARVALHO COSTA

**A REGIÃO NORTE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO PNLD DO 7º
ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Especialização em Teorias de Práticas da Geografia Escolar em 29/04/2025, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em **Teorias de Práticas da Geografia Escolar**.

Aprovado / Reprovado em 29 de abril de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcus Vinicius Silva Gomes
Colégio Pedro II
Orientador

Prof. Dr. Rafael Luiz Leite Lessa Chaves
Colégio Pedro II

Prof. Dr. Tiago Nogueira Galinari
COLÉGIO DE APLICAÇÃO JOÃO XXIII – UFJF

Rio de Janeiro
2025

RESUMO

Este artigo analisou quantitativa e qualitativamente a abordagem dada à Região Norte do Brasil em três obras aprovadas no ciclo 2020 do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para o 7º ano: Araribá Conecta, Expedições Geográficas e Geografia: Espaço & Interação. Baseada na metodologia da Análise do Conteúdo, esta pesquisa buscou investigar e hierarquizar padrões discursivos sobre seis categorias temáticas: recursos naturais e biodiversidade; povos indígenas e comunidades tradicionais; impactos ambientais; atividades econômicas; desenvolvimento sustentável; e urbanização e problemas sociais. Após essa análise constatou-se que há uma predileção pelos temas econômicos e pela visão utilitarista da região que abriga a maior floresta do planeta terra, em detrimento de uma abordagem mais profunda das comunidades tradicionais da floresta e seus modos de vida. O objetivo de tal análise foi refletir sobre como se organizam discursos e narrativas na principal e muitas vezes única ferramenta de milhares de alunos e professores nas escolas brasileiras – o livro didático.

Palavras-chave: livro didático; geografia escolar; região Norte

ABSTRACT

This article presents a quantitative and qualitative analysis of how the Northern Region of Brazil is portrayed in three Geography textbooks approved in the 2020 cycle of the National Textbook and Teaching Material Program (PNLD) for the 7th grade: Araribá Conecta, Expedições Geográficas, and Geografia: Espaço & Interação. Based on the methodology of Content Analysis, the research aimed to investigate and hierarchize discursive patterns related to six thematic categories: natural resources and biodiversity; Indigenous peoples and traditional communities; environmental impacts; economic activities; sustainable development; and urbanization and social issues. The analysis revealed a clear preference for economic themes and a utilitarian perspective on the region that encompasses the planet's largest rainforest, to the detriment of a deeper discussion on traditional forest communities and their ways of life. The purpose of this investigation was to reflect on how discourses and narratives are structured in the textbook — the main, and often only, educational tool available to thousands of students and teachers in Brazilian public schools.

Keywords: textbook; school geography; northern region

1. INTRODUÇÃO

No exercício da docência, ao realizar as primeiras leituras e usos de materiais didáticos de Geografia, questionávamos a colegas — e a nós mesmos — qual seria o espaço destinado à complexidade do território amazônico brasileiro. Por meio de leituras não acadêmicas, ainda que realizadas com rigor laboral, buscávamos nesses materiais as formas como eram tratados os povos originários e comunidades tradicionais amazônicas, os recursos naturais da floresta, os impactos socioambientais sobre os ecossistemas e os diversos interesses que incidem sobre essa região.

Este artigo tem como objetivo compreender as formas como a Região Norte¹ é abordada nos livros didáticos utilizados em escolas públicas brasileiras. Nos referimos à região que abarca boa parte daquilo que se compreende como Amazônia brasileira², além é claro, de consistir na maior região em extensão territorial do país, um espaço que abriga uma imensa biodiversidade e quase oitocentos mil indígenas, distribuídos em mais de uma centena de povos com culturas distintas, além de ribeirinhos, seringueiros, castanheiros e outras comunidades tradicionais. Observamos, contudo, que essa diversidade, por vezes, é representada de maneira reducionista, com ênfase em aspectos descritivos voltados à potencialidade econômica da região, em detrimento de sua complexidade socioespacial.

Cabe sinalizar que o presente artigo, teve como escopo os capítulos destinados à região Norte do Brasil nas obras escolhidas, no entanto, considerando-se que nesta região os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, e Roraima tenham aproximadamente 100% de sua área ocupada pelo bioma amazônico, seguidos de Rondônia, com 99% e Tocantins, com 9% (IBGE/Ministério do Meio Ambiente, 2004), esta pesquisa destinou bastante atenção às abordagens feitas sobre a floresta amazônica, considerando que qualquer análise da região, seja social, cultural, ambiental ou econômica estará intrinsecamente ligada à floresta.

A pesquisa foi realizada com base na análise de livros didáticos de Geografia destinados ao 7º ano do Ensino Fundamental II — etapa em que, tanto por tradição quanto por diretriz oficial da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), há ênfase para o tratamento da Geografia do Brasil, notadamente a partir do desenvolvimento de uma abordagem regional (VILELA, 2013). Foram examinados especificamente os capítulos intitulados “Região Norte” nas obras selecionadas, por se entender que concentram o maior número de informações sobre a área em questão, evidentemente.

Como objeto de análise, elegemos algumas obras aprovadas nos dois últimos ciclos do PNLD, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)³. Considerado o principal

¹ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a região Norte do Brasil é composta por Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (IBGE, 2017)

² A Amazônia brasileira corresponde à porção da floresta tropical amazônica localizada dentro dos limites do território nacional brasileiro, abrangendo cerca de 60% da área total da Amazônia internacional. No Brasil, o bioma amazônico corresponde ocupa aproximadamente 49% da extensão territorial do país, cobrindo quase a totalidade da Região Norte (IBAM, 2015, p. 13)

³ Iniciativa do Ministério da Educação (MEC), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) configura-se como uma política pública de ampla escala, com capilaridade em todo o território nacional. Seu principal objetivo é garantir a distribuição gratuita de livros e materiais didáticos às escolas públicas de educação básica, bem como às instituições de educação infantil sem fins lucrativos conveniadas com o poder público. O funcionamento do PNLD ocorre por meio de editais publicados pelo MEC em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), seguidos de um rigoroso processo de avaliação e seleção das obras. A escolha final dos materiais é realizada pelas escolas, com base nas orientações contidas no Guia do PNLD (FNDE, 2025).

instrumento de distribuição de material didático no território nacional, o PNLD movimentou milhões de reais a cada ciclo, chegando a valores superiores aos 2 bilhões de reais no ano letivo de 2023 (BRASIL, 2024) constituindo um mercado dominado por grandes grupos editoriais privados, interessados nas oportunidades lucrativas ainda presentes no setor educacional brasileiro.

Lembramos que, em muitos casos, o livro didático é a única ferramenta disponibilizada aos docentes, o que reforça sua centralidade no processo de ensino-aprendizagem. Sua aprovação e distribuição refletem diretamente as políticas e legislações educacionais vigentes, uma vez que todos os volumes analisados se baseiam nos documentos curriculares nacionais, notadamente a BNCC (BRASIL, 2018). Destacamos, ainda, que a escolha por obras aprovadas no PNLD justifica-se pelo rigor do processo seletivo ao qual são submetidas, conduzido por comissões de especialistas responsáveis por avaliar a qualidade dos materiais (VILELA, 2014).

No entanto, dado que se trata de um artigo científico, consideramos que a análise de todas as doze obras disponíveis no ciclo de 2024 tornaria o trabalho demasiadamente extenso. Por essa razão, selecionamos os três títulos da disciplina de Geografia que, no ciclo de 2020 do PNLD, registraram o maior número de exemplares comercializados e, conseqüentemente, maior volume de recursos públicos investidos, assim como demonstra a tabela a seguir.

TABELA 1 – Dados estatísticos e financeiros das obras comercializadas no PNLD 2020

Três obras mais vendidas no PNLD 2020			
Editora	Título da Obra (Volume)	Quantidade vendida	Valor Total
<i>Editora Moderna</i>	<i>Araribá mais - geografia</i>	286.695	R\$ 2.597.456,70
<i>Editora Moderna</i>	<i>Expedições geográficas</i>	201.532	R\$ 2.529.226,60
<i>Editora FTD</i>	<i>Geografia do espaço e interação</i>	70.247	R\$ 949.739,44
Total das três obras escolhidas		558.474	R\$ 6.076.422,74
<i>% do total de obras comercializadas</i>		64%	53%
Total das outras nove unidades comercializadas		318.737	R\$ 5.422.421,44
<i>% do total de obras comercializadas</i>		36%	47%
Total das doze obras comercializadas		877.211	R\$ 11.498.844,18

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 05 abr. 2025.

Em valores numéricos, falamos das três obras que, em 2020, somaram mais de meio milhão de exemplares vendidos, o que correspondeu a 64% do total comercializado naquele ciclo. Os demais nove livros somaram 318.474 exemplares, representando 36% do mercado (ver Tabela 1). Quer dizer, essa opção reflete, por um lado, o maior volume de recursos financeiros investidos na aquisição desses materiais e, por outro, o fato de serem os livros que efetivamente chegaram a um número mais significativo de salas de aula no país.

Em termos nominiais, as obras analisadas, relançadas no PNLD 2024, foram:

- *Araribá Conecta Geografia*, da Editora Moderna (anteriormente *Araribá Mais Geografia*);

- *Expedições Geográficas*, também da Editora Moderna (sem alteração nominal);
- *Geografia: Espaço & Interação*, da Editora FTD (também sem alteração nominal).

Diante disso, este artigo tem como **objetivo geral**: discutir as formas como a Região Norte do Brasil é tratada em três obras aprovadas pelo PNLD de 2024. E, como **objetivos específicos** identificar e descrever os tipos de abordagem presentes nas obras analisadas sobre a Região Norte do Brasil e analisar os padrões identificados, destacando seus limites e/ou potencialidades frente à complexidade socioespacial da região.

Justificamos a escolha do tema, em primeiro lugar, pela importância cultural, ecológica e geopolítica da Região Norte, que abriga a maior área florestada do mundo. Compreendemos que a análise das formas como essa região é representada nos livros didáticos — materiais com ampla penetração nas escolas públicas brasileiras — pode contribuir significativamente para o fortalecimento de uma abordagem crítica e sensível sobre as realidades indígena, social e socioambiental do Brasil.

Do ponto de vista pessoal, a escolha da Região Norte também nasce de inquietações em torno de sua histórica invisibilização no cenário nacional. Além disso, como um docente comprometido com o ensino da Geografia, sentimos a necessidade não apenas de avaliar os materiais didáticos utilizados, mas de propor uma leitura crítica sobre eles. Entendemos que o livro didático não deve ser apenas consumido, mas interpretado e questionado, à luz das complexidades do território brasileiro. Tal inquietação decorre, também, da constatação de Carolina Lima Vilela (2014), para quem os livros didáticos são evidências do que se pode — ou não — ensinar, configurando-se, assim, como produtos de disputas curriculares e práticas discursivas. Dessa forma, analisá-los possibilita uma compreensão mais aprofundada sobre aquilo que se pretende transmitir como conhecimento geográfico.

Este Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado em formato de artigo, dialoga com produções do campo do Ensino de Geografia e visa colaborar com a consolidação de uma perspectiva mais crítica e contextualizada sobre os modos de ensinar e aprender Geografia no Brasil.

Por fim, a estrutura do trabalho organiza-se da seguinte maneira:

- a primeira parte é dedicada à identificação e descrição dos tipos de abordagem presentes nas obras analisadas sobre a Região Norte do Brasil, em diálogo direto com o primeiro objetivo específico;
- a segunda parte, vinculada ao segundo objetivo específico, é voltada à análise dos padrões identificados, com ênfase na discussão de seus limites e/ou potencialidades diante da complexidade socioespacial da região;
- por fim, apresenta-se a conclusão da pesquisa, com reflexões gerais sobre os achados do estudo.

2. IDENTIFICANDO E DESCREVENDO AS ABORDAGENS

Primeiramente, cumpre destacar que esta é uma pesquisa de natureza qualitativa e documental, cujo principal procedimento metodológico consistiu na adoção da análise de conteúdo⁴ aplicada a livros didáticos de Geografia voltados ao 7º ano do Ensino Fundamental

⁴ A metodologia da Análise de Conteúdo possibilitou a realização de uma investigação pautada em análises objetivas e sistematizadas, cujo objetivo central foi atribuir sentido — ou, segundo Bardin (1979), produzir

II. Conforme mencionado anteriormente, a análise concentrou-se nos capítulos ou unidades intitulados “Região Norte”, por se considerar que esses trechos condensam, de forma mais direta e explícita, as representações construídas sobre essa região.

O desdobramento da análise de conteúdo envolveu uma leitura minuciosa e o registro sistemático dos temas abordados, com especial atenção para os seguintes temas:

- recursos naturais e biodiversidade;
- povos indígenas e comunidades tradicionais;
- impactos ambientais;
- atividades econômicas;
- desenvolvimento sustentável; e
- urbanização e problemas sociais.

A partir dessa categorização previamente definida, a análise concentrou-se na identificação dos tipos de abordagem predominantes e na investigação dos sentidos, ausências e ênfases atribuídos aos conteúdos, com o objetivo de compreender os padrões presentes nas obras. Essa leitura crítica partiu da busca por abordagens relacionadas a seis temas centrais da pesquisa, já apresentados anteriormente, permitindo identificar os conteúdos mais enfatizados e aqueles que foram silenciados ou, conforme Carolina Lima Vilela (2018, p. 141-142), “interditados”. A partir da análise de conteúdo, foi possível identificar uma hierarquização entre os temas e refletir sobre os limites e potencialidades dos materiais didáticos no ensino da Geografia, especialmente no que se refere à representação da Região Norte do Brasil e à sua complexidade socioespacial, bem como sobre possíveis razões que explicam a predileção por determinadas temáticas em detrimento de outras.

De modo esquemático, elaboramos a FIGURA 1, apresentada a seguir, a qual sintetiza os passos da construção metodológica do artigo: da seleção das obras à delimitação da análise, passando pela categorização temática e culminando na análise de conteúdo e nas conclusões.

FIGURA 1 – Síntese da metodologia adotada, um esquema

inferências — aos objetos analisados, considerando suas diversas dimensões, como: quando, por quem, por que e para quem foram concebidos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

2.1. O lugar da Região Norte na coleção Araribá Conecta

A primeira análise concentrou-se na primeira edição da coleção *Araribá Conecta*, publicada em 2022 pela Editora Moderna. A investigação teve início na Unidade IV – “Região Norte” (p. 114 a 137), que se encontra subdividida em capítulos.

Logo na apresentação da unidade, o livro traz o seguinte trecho:

A Região Norte se diferencia bastante, em alguns aspectos, das demais regiões do país. A região possui a maior rede de vias fluviais navegáveis do Brasil. O transporte fluvial assume grande importância econômica e social, em detrimento do transporte rodoviário. A Floresta Amazônica, cujo ritmo de desmatamento é crescente, se relaciona diretamente com o modo de vida das populações. Ela continua sendo desmatada para o uso do solo com atividades agropecuárias, e os conflitos com as populações locais aumentam. Como se dá esse processo? Quais são os povos da floresta e como é sua relação com a natureza?

- (EDITORA MODERNA, 2022, p. 115)

Observa-se nesse trecho introdutório a concepção da Floresta Amazônica a partir da ótica da exploração e do utilitarismo com base em sua “importância econômica” e em seguida com um viés do conflito e da devastação.

Em seguida, no capítulo 10 (Território e Sociedade), o livro começa a destrinchar os elementos escolhidos para abordar a temática da Região Norte e Amazônia, trazendo à tona a definição de Amazônia Legal, citando quais estados compõem a área, e destaca que essa definição legal do território teve base no “desenvolvimento social e econômico”.

Após uma breve descrição e caracterização da região, a partir de sua composição segundo o IBGE, dados demográficos e territoriais, o capítulo avança, tratando da “Ocupação e Exploração”. Nessa seção, a obra reserva duas linhas para indicar que a região amazônica era ocupada previamente por povos indígenas, novamente sem nomeá-los ou citar exemplos. Logo adiante, no entanto, destaca o valor econômico da área desde os tempos coloniais, com atenção à exploração das chamadas “drogas do sertão” e à captura de indígenas como importantes atividades desempenhadas na floresta durante o referido período. Também se menciona o ciclo econômico da borracha.

Ocupação e exploração da região

Diversos grupos indígenas habitavam as terras que hoje correspondem à Região Norte quando os colonizadores iniciaram a exploração econômica dessa área.

Os rios constituíram vias de circulação que possibilitaram a expansão exploratória. Até o ano de 1800, essa expansão teve como motivações a busca das chamadas drogas do sertão (cravo, canela, baunilha, pimenta e cacau, entre outras) e a captura de indígenas para evangelização e escravização. Do final do século XIX ao início do século XX, o extrativismo na Região Norte atraiu muitos migrantes, principalmente nordestinos, o que aumentou o índice de ocupações. Nesse período, a borracha natural, produzida do látex extraído das seringueiras, e o café cultivado no Sudeste eram os produtos mais exportados pelo Brasil. A partir da década de 1920, o látex brasileiro perdeu mercado para o dos países asiáticos.

- (EDITORA MODERNA, 2022, p. 117)

Ainda no mesmo capítulo, a abordagem permanece baseada em elementos econômicos como centrais para a análise. O que se nota é que a atividade econômica dita todo o contexto e ritmo da obra, com subtítulos seguidos de parágrafos curtos, destinados a atividades ou políticas que definem a Floresta Amazônica:

Políticas de integração

Na década de 1950, o governo brasileiro começou a tomar algumas medidas para integrar a Região Norte a outras regiões do país, visando, inicialmente, estimular a ocupação da Amazônia e impedir a invasão de estrangeiros, assegurando a integridade do território nacional. As estratégias para isso incluíam a construção de rodovias e a instituição de organismos de desenvolvimento regional.

As políticas de integração foram ampliadas nas décadas de 1960 e 1970 pelos governos militares, que abriram grandes estradas na região, como a BR-163, que liga o Rio Grande do Sul ao Pará.

A abertura dessas vias impactou fortemente o meio ambiente ao longo das rodovias. Além disso, intensificou a exploração dos recursos naturais e os conflitos por terras entre os migrantes vindos de outras regiões do país e os habitantes locais.

As ações de ocupação da Amazônia atraíram aqueles que não tinham acesso à propriedade da terra, problema que se agravava pela manutenção dos grandes latifúndios, no Nordeste, e pela concentração fundiária e encarecimento de terras resultantes da expansão da agricultura no Sul.

- (EDITORA MODERNA, 2022, p. 117)

Como não poderia deixar de ser, o livro também reserva bastante espaço para o assunto “O relevo e o extrativismo mineral”, no qual as três primeiras linhas destacam breves características geológicas e geomorfológicas da região. Logo em seguida, abre-se caminho para sinalizar a riqueza mineral do solo amazônico, com menção detalhada a seis produtos minerais distintos e suas localizações precisas.

Após isso, há o destaque para o Projeto Grande Carajás, com uma descrição de suas características e menção à sua importância econômica. Curiosamente, o livro faz questão de citar inclusive a sigla que dá nome a um dos maiores complexos minerais do planeta, o **S11D**, explorado pela Vale. Ainda na mesma página, há um parágrafo sobre o garimpo como atividade econômica e suas consequências sociais e ambientais.

As características físicas continuam sendo descritas mais adiante. Clima e hidrografia são mencionados em sua relação com as sociedades que vivem na floresta, e a importância dos rios e da chuva para a sobrevivência ganha destaque na página destinada a esse assunto.

Em sequência, o livro chega aos “Indicadores socioeconômicos”, cujo ponto de partida é posterior à metade do século XX, com ênfase na urbanização acelerada nesse período, em virtude dos projetos de integração e ocupação anteriormente mencionados. Nessa página, o interesse é destacar como a urbanização na Região Norte foi planejada deixando de fora os interesses sociais e trouxe, assim, diversas contradições e problemas à população. Destacam-se, então, algumas estatísticas relativas a indicadores socioeconômicos locais, como mortalidade infantil, expectativa de vida, entre outros.

Ainda na mesma unidade, mas no capítulo seguinte (11), intitulado “Questões socioambientais e desenvolvimento sustentável”, o livro passa a adotar uma abordagem dividida entre a apresentação sistemática dos impactos ambientais causados na Amazônia — destacados no início — e as alternativas para o desenvolvimento sustentável, trazidas ao final do capítulo.

Após uma descrição das características ambientais da Floresta Amazônica, a obra dá destaque para o desmatamento e o chamado “arco do desmatamento”, tratando a agropecuária e a extração ilegal de madeira como importantes vetores desse impacto ambiental, além de abordar a dificuldade de controlá-lo.

Na sequência, o livro abre espaço para cada atividade econômica promotora de impacto marcante na região, sendo eles: “extração de madeira”, “expansão agropecuária”, “queimadas” e “os impactos das hidrelétricas”. Nesses trechos, em geral, o livro se preocupa em deixar muito claro que essas atividades são, muitas vezes, criminosas e sempre prejudiciais ao meio ambiente. No entanto, ao abordar as hidrelétricas, a obra as trata como “um mal necessário” para o desenvolvimento regional:

Com o objetivo de ampliar a produção de energia no país e promover o desenvolvimento da Região Norte, nas últimas décadas foram construídas hidrelétricas nos rios da Bacia do Amazonas. Entretanto, essas obras foram alvo de críticas devido os impactos socioambientais decorrentes de sua implantação. O relevo da Amazônia é formado predominantemente por terrenos de baixas altitudes, geralmente planos, o que indica baixo potencial para a construção de hidrelétricas. Diante dessas características, para abastecê-las, é necessário o alagamento de extensas áreas, em muitas das quais vivem comunidades ribeirinhas e grupos indígenas. As populações residentes nesses lugares são removidas e realocadas, desrespeitando sua ligação com o espaço onde vivem, seu modo de vida e suas atividades de sustento.

- (EDITORA MODERNA, 2022, p. 132)

Após o destaque para os problemas ambientais, o livro se debruça sobre dois assuntos que parecem contrapor os impactos mencionados: “sustentabilidade e populações tradicionais”,

com abordagem à “demarcação e preservação das terras indígenas”. Há, então, uma página destinada a exemplificar ações consideradas sustentáveis, como iniciativas de reflorestamento. No entanto, a maneira como o tema é abordado pode dar a entender que pequenas ações pontuais seriam capazes, isoladamente, de lidar com todos os demais problemas mencionados anteriormente no capítulo.

Em relação à demarcação de terras indígenas, o livro destaca a importância econômica de algumas áreas demarcadas — ou não —, sinalizando que interesses políticos e econômicos, sobretudo ligados aos minérios, podem representar um entrave à proteção das terras indígenas no Brasil. Também aponta que há uma relação considerada “conflituosa” entre indígenas e não indígenas. A escolha da palavra “conflituosa” pode soar como se fossem relações equilibradas e justas, quando, na verdade, os povos indígenas, como se observa ao longo de toda a unidade, são tratados como um conjunto genérico, à parte do povo “brasileiro” e até mesmo como um possível entrave aos interesses capitalistas. Quase não se fala, por exemplo, sobre o fato de que as áreas demarcadas de terras indígenas são as mais preservadas da Floresta Amazônica

Muitas terras ainda não foram demarcadas devido a interesses econômicos de fazendeiros, madeireiros e mineradores, que querem explorá-las comercialmente. Calcula-se que, em mais de 100 Terras Indígenas não demarcadas, existam reservas de ouro e outros minérios com alto valor comercial; daí a pressão das mineradoras para a não demarcação desses territórios. Os povos indígenas, que preservam modos de vida tradicionais, dependem da floresta e dos rios para sobreviver. Um dos objetivos do desenvolvimento sustentável é garantir que essa população tenha seus direitos respeitados, o que nem sempre ocorre. A relação entre indígenas e não indígenas tem sido conflituosa, pois ainda são constantes as invasões, até mesmo nas terras demarcadas. A saúde da população indígena também é um desafio para as políticas indigenistas brasileiras. Vulnerável a enfermidades levadas para as aldeias por pessoas não indígenas, essa população apresenta altas taxas de mortalidade infantil.

- (EDITORA MODERNA, 2022, p. 134)

A unidade se encerra com uma página sobre “As reservas extrativistas”, dedicando espaço ao papel de Chico Mendes e dos seringueiros na floresta durante os anos 1970 e 1980.

A análise da obra *Araribá Conecta* revela uma abordagem predominantemente econômica da Amazônia, com maior destaque para atividades como o extrativismo mineral e os projetos de integração. Questões socioambientais, como o desmatamento e as queimadas, são tratadas de forma secundária e, por vezes, relativizadas como “males necessários”. Os povos indígenas aparecem de forma genérica, sem ênfase em sua relevância cultural e ambiental. As iniciativas sustentáveis são mencionadas como ações pontuais, sem abordar soluções estruturais. Assim, pensamos não ser incorreto dizer que a obra adota uma visão utilitarista, que prioriza interesses econômicos em detrimento de uma análise crítica, complexa e, conseqüentemente, abrangente sobre a região.

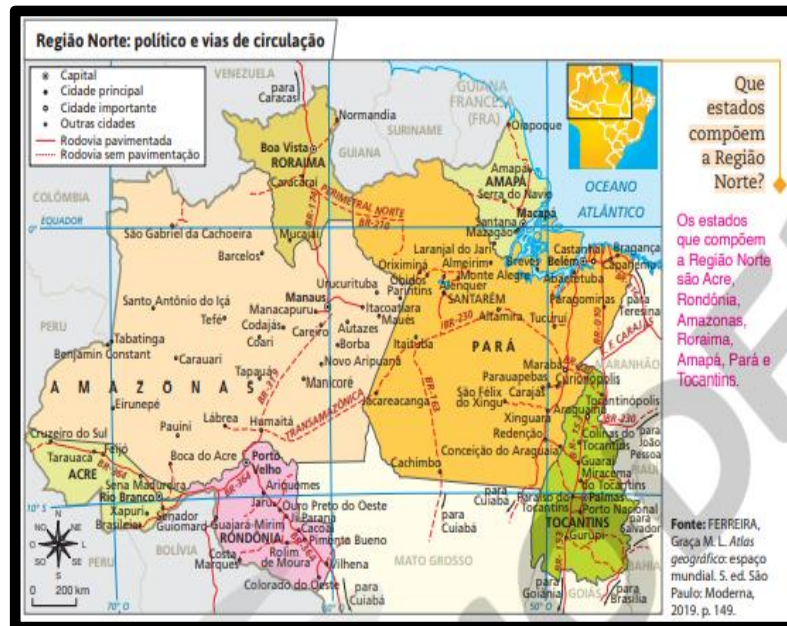
2.2. O lugar da Região Norte na coleção Expedições Geográficas

Dando sequência à pesquisa, a próxima obra analisada é *Expedições Geográficas*, da Editora Moderna, também de 2022, que foi o segundo título mais adquirido pelo governo no último ciclo do PNLD, em 2020. Na obra, a Região Norte é abordada na Unidade 4, entre as páginas 110 e 141.

A unidade é dividida em “percursos”, que seriam equivalentes aos “capítulos” em outros livros e, assim, serão nomeados adiante. O primeiro desses capítulos é intitulado “Região Norte: localização e meio natural” e tem como objetivo apresentar a localização da região no mapa do

Brasil, bem como sua caracterização quanto aos aspectos naturais. Curiosamente, todos os mapas temáticos apresentados nas unidades dedicadas às regiões brasileiras individualmente utilizam uma escala maior, focando apenas na região tratada, o que pode acabar transmitindo, nesse caso, não somente em relação à Região Norte, uma sensação de desconexão entre as regiões do país.

FIGURA 2 – Mapa da região norte no início da unidade



Fonte: Editora Moderna (2022, p.111).

Logo na primeira página do capítulo, após a descrição da área territorial e da quantidade de habitantes da região, menciona-se o fato de que “durante muito tempo a região esteve pouco articulada econômica e politicamente com o restante do país”. Em seguida, introduzem-se assuntos como os ciclos do látex, a taxa de urbanização da região, seu desenvolvimento industrial e comercial e as iniciativas da Ditadura Civil-Militar brasileira para a região a partir de 1964. Essa abordagem, inserida em um capítulo destinado à localização e às características naturais, provoca estranhamento e parece hierarquizar a importância dos temas, evidenciando, como temática principal, a dimensão econômica — e, possivelmente, uma visão utilitarista.

Mais adiante, a obra distingue os conceitos de Região Norte, Amazônia Continental, Amazônia Internacional e Amazônia Legal, sendo esta última abordada sob a perspectiva histórica de sua criação, em relação à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A Amazônia Legal corresponde à área total dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão. Foi instituída pelo governo brasileiro com o objetivo de implantar políticas de desenvolvimento da região. O órgão responsável pelo seu planejamento é a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

- (EDITORA MODERNA, 2022, p. 112)

Adentrando nos aspectos físicos, o relevo e o clima são abordados de forma bastante descritiva e sucinta, até mesmo pelo fato de esses temas serem tratados de maneira mais aprofundada ao longo do livro. Na parte dedicada à vegetação, além de uma descrição mais extensa, há também uma breve menção aos impactos socioambientais antrópicos no ecossistema, como queimadas, agropecuária e mineração.

Em relação à hidrografia, há uma distinção entre as características físicas e os aspectos socioeconômicos a ela relacionados. O foco recai sobre a descrição da bacia hidrográfica amazônica e de seu principal rio, o Amazonas, bem como sobre sua importância para o ciclo hidrológico. No que se refere aos aspectos socioeconômicos, a principal abordagem trata da relação entre os cursos fluviais e seu uso no transporte de pessoas e mercadorias, com destaque para o porto de Manaus e seu volume de carga.

A primeira menção aos povos tradicionais da Amazônia ocorre em seguida, por meio de dois parágrafos sobre a importância dos rios para os indígenas — mencionados de forma genérica — e para os ribeirinhos, por exemplo.

Aborda-se, por fim, o potencial hidrelétrico da região e os impactos socioambientais a ele relacionados. Nesse ponto, o trecho estabelece um contraponto interessante ao tratar, de maneira objetiva, os inúmeros impactos da exploração hidrelétrica na região, sem enquadrá-los como “males necessários” ao desenvolvimento.

[...] a Bacia Amazônica é estratégica para o desenvolvimento nacional, pois graças ao Sistema Interligado Nacional (SIN), a energia elétrica gerada nas usinas da Região Norte fica disponível para todo o Brasil. Nos últimos anos, os investimentos em produção de energia hidrelétrica vêm aumentando significativamente no Brasil. Entretanto, apesar de se tratar de uma fonte de energia renovável que apresenta vantagens em comparação às fontes não renováveis, a construção de usinas hidrelétricas gera discussões relacionadas aos impactos socioambientais que elas podem causar, tais como: o desmatamento das áreas alagadas para construção das barragens; diminuição da biodiversidade; alteração nos ecossistemas fluviais; assoreamento dos rios; deslocamento de comunidades inteiras de seus lugares de vivência, ocasionando prejuízos sociais, ambientais, econômicos e culturais a milhares de pessoas. Em termos regionais, os rios estruturam a organização social e econômica dos povos da Região Norte. São fundamentais para o transporte, o abastecimento e a subsistência da população e influenciam na localização das cidades. Nesse sentido, um dos desafios atuais do Estado brasileiro é conciliar, de maneira sustentável, as questões locais e regionais com as demandas nacionais.

- (EDITORA MODERNA, 2022, p. 117)

Nas duas páginas seguintes (118 e 119), há dois boxes intitulados “Os projetos Ferrogrão (EF-170) e Complexo Hidrelétrico do Tapajós e os indígenas” e “Belo Monte e os impactos sobre a população do Xingu e de Altamira”, cuja abordagem é bastante interessante, já que menciona os projetos pela ótica dos mais prejudicados por eles, sem tentar contemporizar ou justificar seus impactos.

O capítulo seguinte denomina-se “Região Norte: a construção de espaços geográficos” e divide-se em dois momentos escolhidos pelos autores: de 1500 a 1930 e posterior a 1930. O primeiro período de análise é abordado a partir da “ocupação” portuguesa, restrita a poucos espaços, devido ao seu desinteresse. São mencionados também os “conflitos” com os indígenas. Em seguida, ganham destaque São Luís do Maranhão — localizado no Nordeste, mas com profunda integração à exportação de produtos do Norte — e Belém do Pará, como pontos focais da atividade econômica algodoeira, açucareira, de arroz, tabaco e das drogas do sertão.

É interessante notar a escolha dos termos “ocupação” e “conflitos”, que sugerem uma ideia de equilíbrio ou até mesmo de coexistência entre os invasores portugueses e os povos nativos. Isso se torna ainda mais evidente quando, em seguida, os autores mencionam a “invasão” e a “conquista” das terras espanholas além do Tratado de Tordesilhas, utilizando termos muito mais assertivos — deixando claro que os principais atores na região eram Portugal e Espanha, e não os povos nativos.

A ocupação inicial da Amazônia pelos portugueses limitou-se à construção de fortes militares (observe a foto) e às missões religiosas, pois a região não despertava tanto

interesse para os colonizadores como o lucrativo Nordeste açucareiro e as Minas Gerais, com sua produção aurífera. Essa ocupação ocorreu em meio a vários conflitos com indígenas. Desde o século XVII até quase o final do século XIX, São Luís (MA) e Belém (PA) constituíram os dois principais espaços geográficos construídos na Amazônia. Em São Luís e nos arredores, desenvolveram-se culturas de algodão, cana-de-açúcar, arroz e tabaco. Belém, situada na entrada do Golfão Amazônico, transformou-se no principal núcleo urbano regional no século XVII. Desse local eram exportadas as chamadas drogas do sertão extraídas da floresta, como baunilha, guaraná, urucum, entre outras ervas, frutos e sementes. A linha ou meridiano do Tratado de Tordesilhas determinava que a porção situada a leste dessa demarcação pertencia a Portugal, e a porção a oeste, à Espanha. De 1580 a 1640, Portugal permaneceu sob o domínio da Espanha. Na América, os colonizadores portugueses aproveitaram esse período para invadir e conquistar os espaços de domínio espanhol e incorporar ao reino de Portugal as terras a oeste do meridiano de Tordesilhas [...]

- (EDITORA MODERNA, 2022, p. 120)

Em seguida, destaca-se detalhadamente a ascensão e o declínio do látex, bem como sua importância econômica e na ocupação regional, finalizando a análise do período de 1500 a 1930.

O período seguinte, posterior a 1930, é segmentado em atividades econômicas ou projetos de ocupação, sobretudo nos governos Vargas e na Ditadura Militar. Inicialmente, há menção às importantes descobertas de jazidas minerais na região, ocorridas nas décadas de 1940 e 1950. Ao abordar a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), os autores descrevem a Amazônia como pouco integrada econômica, social e culturalmente, e, de certa forma, exaltam o papel desse projeto de desenvolvimento — destacando, por exemplo, que a construção de estradas é apresentada como facilitadora do povoamento, da implantação de fazendas agropecuárias e da própria exploração dos recursos naturais

Em 1950, a Amazônia possuía apenas cerca de 1,8 milhão de habitantes e apresentava pouca integração econômica, social e cultural com as demais regiões do Brasil. Com o objetivo de planejar e promover o desenvolvimento dessa região, em 1953, o governo federal criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). A construção de estradas é uma providência importante para a integração e o desenvolvimento regional. Elas facilitam o povoamento e a implantação de fazendas de agricultura e de gado, vilas e cidades ao longo das rodovias, além do desenvolvimento do comércio e da exploração de recursos naturais.

(EDITORA MODERNA, 2022, p. 120)

Logo após, já entrando no período militar, a obra segue compartimentando a análise com base nos projetos de integração, passando a tratar da SUDAM. Nesse caso, os autores adotam uma postura mais crítica, caracterizando o programa como “mal aplicado” e ineficaz, além de destacarem os casos de corrupção a ele associados.

Adiante, há uma breve menção ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e à sua ineficiência nos anos 1960 e 1970. Na sequência, a obra traz à tona a Zona Franca de Manaus e o Projeto Grande Carajás — sendo o primeiro brevemente descrito como positivo para o desenvolvimento local/regional, mas também apontado como responsável por impactos urbanos, como a favelização, entre outros.

Buscando incentivar a industrialização de Manaus, o governo federal criou, em 1967, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), que disponibilizou infraestrutura e vantagens financeiras para atrair as indústrias para a região. Assim, a Suframa implantou o Distrito Industrial de Manaus e ofereceu isenção de impostos para a importação de matérias-primas e de componentes industriais, além de

empréstimos e de incentivos fiscais às empresas nacionais e estrangeiras que ali se instalaram. Houve investimentos, sobretudo, no setor de eletroeletrônicos. Com isso, outros setores da economia local e regional foram beneficiados, como o comércio, os transportes urbanos e o setor de turismo e hotelaria. O município de Manaus tornou-se área de atração de população, concentrando pouco mais da metade dos 4269995 habitantes do estado, em 1º de julho de 2021. No entanto, apesar dos benefícios trazidos pela Suframa, a população de Manaus enfrenta ainda graves problemas urbanos, como o favelamento e o saneamento básico deficiente.

- (EDITORA MODERNA, 2022, p. 126)

Já o projeto de mineração é apenas descrito e não tem nenhum impacto citado na obra.

[...] por volta de 1967, o governo federal criou o Projeto Grande Carajás, que envolvia não só a exploração dos recursos minerais, mas também da floresta, além do aproveitamento dos rios para a produção de energia elétrica (caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins) e a construção da Estrada de Ferro Carajás para o transporte dos recursos minerais até o porto de Itaqui, no Maranhão, de onde são exportados. [...] O projeto atraiu trabalhadores de várias partes do Brasil, o que estimulou a fundação de cidades. Ainda hoje o Projeto Grande Carajás tem papel importante na produção de espaços geográficos na Amazônia Legal.

- (EDITORA MODERNA, 2022, p. 126)

O capítulo seguinte denomina-se “Amazônia: conflitos, desmatamento e biodiversidade” e traz uma abordagem mais humana e, finalmente, problematizadora das ações capitalistas na região. Nesse ponto, os autores são mais incisivos ao responsabilizar grandes empresas — sobretudo as transnacionais — pelos severos impactos sociais e ambientais provocados na região em virtude de sua ganância.

Neste trecho da obra, critica-se a exploração de grupos tradicionais, de trabalhadores do campo e de garimpeiros individuais por parte desses grandes conglomerados empresariais, bem como o aumento da grilagem de terras, entre outros problemas. No entanto, em nenhum momento os grandes grupos acusados de cometer tais abusos são nomeados.

Diante das dificuldades apresentadas pelos núcleos ou projetos de colonização implantados na Amazônia, o governo federal, a partir de 1974, alterou a política de ocupação e desenvolvimento econômico da região. Iniciando um novo processo, deu preferência ao grande capital, ou seja, às grandes empresas agropecuárias e de mineração nacionais e estrangeiras, que se instalaram na região em áreas gigantescas, às vezes maiores que alguns estados brasileiros e que muitos países. Nesse novo processo, acentuaram-se os conflitos de interesses e de territorialidade, isto é, a disputa por territórios entre os grupos ou protagonistas sociais da Amazônia, desfavorecendo, geralmente, os de menor poder político e econômico, como os povos da floresta (indígenas, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores etc.).

Com a entrada do grande capital, o garimpeiro foi vencido pela empresa de mineração e o pequeno agricultor foi suplantado pela grande empresa rural ou pelo agronegócio. O trabalhador sem-terra foi submetido, muitas vezes, à condição de servidão, e o posseiro foi expulso de sua pequena roça. Grupos indígenas perderam suas terras ou aguardam até hoje a demarcação e a legalização delas. Madeireiros ilegais entraram em conflito com indígenas, posseiros, pequenos agricultores e povos da floresta. Grileiros ocuparam terras públicas, onde poderiam ser assentadas famílias de sem-terra. Interessados nas terras chegavam a contratar pistoleiros para assassinar quem se opunha a seus interesses. A atividade de compra e venda de terras tanto enriqueceu pessoas como ocasionou o desmatamento de várias áreas, com a consequente perda de biodiversidade, acompanhada de desequilíbrios ecológicos e destruição de ecossistemas.

- (EDITORA MODERNA, 2022, p. 130-131)

O texto sugere, ao final, a ação do Estado e o uso do conceito de desenvolvimento sustentável para a ocupação da região.

Há também a necessidade de os governos estaduais e federal resolverem a questão da posse da terra entre os vários protagonistas sociais. Especialistas sugerem como solução para a exploração econômica da região a prática do desenvolvimento sustentável. E, para minimizar os conflitos sociais, apontam a urgência da aplicação de uma política fundiária ou de terras que contemple democraticamente todos os envolvidos na questão.

- (EDITORA MODERNA, 2022, p. 131)

Em seguida, a obra debruça-se sobre o problema do desmatamento, abordando o arco do desmatamento e a expansão da pecuária. Sobre essas atividades, os autores concentram-se nos impactos ambientais causados, sem mencionar os impactos sociais.

Fechando o capítulo, a atenção se volta para a biodiversidade amazônica, iniciando pela contabilização de espécies presentes na floresta. Em seguida, aborda-se o potencial econômico dessas espécies e o quanto ele desperta interesses capitalistas, mencionando-se a biopirataria como um dos principais problemas.

A unidade se aproxima do fim com o último capítulo: “Amazônia, desenvolvimento sustentável”. O primeiro trecho do capítulo apresenta um apanhado geral sobre o que são Organizações Não Governamentais. Essa descrição⁵, no entanto, parece um tanto desconectada do restante do capítulo, uma vez que nenhuma ONG é mencionada especificamente — apenas se descreve o papel genérico dessas organizações

Em seguida, o livro aborda a questão do desenvolvimento sustentável na Amazônia, com um panorama sobre o surgimento do termo. Posteriormente, são mencionados exemplos de manejo sustentável da floresta, como nos casos do extrativismo do látex, da castanha-do-pará e do açaí. Nesse contexto, as reservas extrativistas são destacadas como um exemplo de sucesso da administração pública sobre os ecossistemas, que pode contribuir para o uso sustentável. Assim, a unidade se encerra.

Constata-se, ao final da análise, que a obra dedica ainda menos espaço à importância — ou mesmo à existência — das populações indígenas na Amazônia, já que quase não menciona, por exemplo, a relevância da demarcação das Terras Indígenas. Em certo ponto, o volume também dá a entender que os projetos de exploração e integração devam ser os pontos focais da análise regional, apesar de, em determinado momento, adotar uma postura mais rígida em relação aos problemas causados pela exploração capitalista na região.

⁵ “Entre as décadas de 1950 e 1970, houve um período de grande desenvolvimento econômico, tanto nos países desenvolvidos como nos países de industrialização tardia, como é o caso do Brasil. A industrialização e a urbanização se intensificaram e ocorreu também grande crescimento populacional. Esses eventos foram acompanhados de intervenções humanas, na maioria das vezes prejudiciais ao meio ambiente. A exploração dos recursos naturais aumentou consideravelmente para atender às novas necessidades humanas, criadas pela chamada sociedade de consumo. A fim de combater a crescente destruição ambiental, causada por esse modo de desenvolvimento predatório, a sociedade se organizou em grupos, dando origem aos movimentos ambientalistas. Desses movimentos, nasceram as **organizações não governamentais (ONGs)**, caracterizadas como **organizações formadas por pessoas da sociedade civil**, sem a participação dos governos dos países onde elas atuam. Os objetivos das ONGs são amplos, e cada uma se dedica a defender uma causa. Elas podem atuar na defesa do meio ambiente, dos direitos dos animais, dos direitos da mulher, das minorias étnicas culturais, da criança e do adolescente, do idoso etc. Isso demonstra a dificuldade dos governos de cuidar desses assuntos de forma eficiente, mesmo em países de grande desenvolvimento econômico” (Editora Moderna, 2022, p.132).

2.3. O lugar da Região Norte na coleção Espaço & Interação

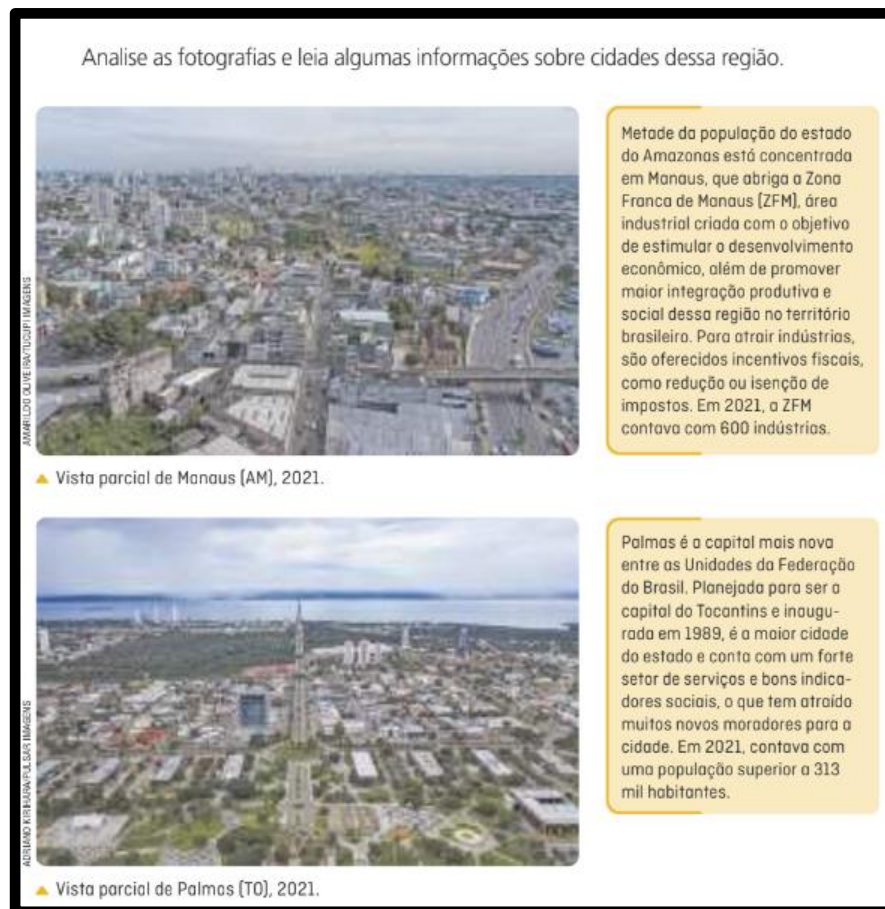
Por fim, chegando à última obra analisada, o livro *Geografia, Espaço & Interação*, da Editora FTD, de 2022, nos deparamos com uma concepção totalmente distinta das duas primeiras obras.

Enquanto, nos dois primeiros volumes, cada região recebe pelo menos 20 a 30 páginas de atenção, no livro da FTD, a abordagem de todas as regiões brasileiras somadas ocupa apenas 28 páginas, sendo que a Região Norte é tratada entre as páginas 224 e 227. Os autores optaram por pulverizar determinados assuntos que poderiam ser mais “regionalizados” ao longo de toda a obra e, por essa razão, a unidade destinada às regiões específicas tornou-se esvaziada.

No caso da região de interesse deste trabalho, o livro dedica quatro páginas, iniciando-se com três perguntas relacionadas à análise do mapa da região e do quadro de informações gerais sobre ela. Em seguida, os autores destacam que a Região Norte possui presença marcante de comunidades ribeirinhas e indígenas, mas que, apesar disso, apresenta um elevado nível de urbanização, resultado da concentração fundiária e do fracasso de projetos agropecuários voltados ao pequeno produtor.

Adiante, os autores trazem uma sucinta análise sobre a concentração populacional no meio urbano e os graves problemas urbanos existentes na região. Há destaque para a concentração populacional no entorno da Zona Franca de Manaus. Para essa abordagem, os autores optam por utilizar fotos aéreas de determinadas áreas da região:

FIGURA 3 – Imagens escolhidas para abrir o capítulo sobre a Região Norte





Fonte: FTD (2022).

Após essa análise dos aspectos urbanos da região, o livro destina as duas páginas finais para tratar da importância dos rios para o Norte do Brasil. É interessante destacar que, ao abordar esse tema, os autores se debruçam de maneira mais atenta sobre a existência dos povos ribeirinhos, descrevendo com mais detalhamento suas moradias, meios de sobrevivência, cultivos, transportes, entre outros aspectos.

Nesse contexto, os saberes locais recebem atenção, sobretudo aqueles relacionados às construções adaptadas às cheias dos rios, como as chamadas palafitas.

Na Região Norte, os rios têm grande importância no dia a dia da população e nas atividades econômicas. Eles representam a principal via de transporte para o fluxo diário de pessoas e mercadorias. Muitas comunidades só podem ser alcançadas de barco e grande parte das principais cidades da região está localizada às margens dos rios ou próxima deles. Os rios influenciam a construção de moradias e outras estruturas. Tanto nas cidades quanto nas comunidades ribeirinhas, há, por exemplo, moradias e escolas construídas sobre estacas altas de madeira (palafitas) para evitar que a água inunde as construções. Existem, ainda, portos flutuantes que se movimentam acompanhando os períodos de cheia e de seca dos rios. O sustento das comunidades ribeirinhas também está muito ligado aos rios. Os ribeirinhos sobrevivem principalmente da pesca, mas desenvolvem outras atividades, como a agricultura de vazante (mandioca, milho, feijão e arroz), praticada nas margens dos rios nos períodos de seca, e o extrativismo vegetal (látex, castanha-do-pará, piaçava e açaí).

- (PAULA; PINESSO; RAMA, 2022, p. 226).

Em seguida, o livro trata de uma temática muito importante: a produção de energia hidrelétrica no Norte do país. Tal abordagem começa destacando como a região possui vocação natural para a geração de energia, mas logo em seguida abre espaço para os impactos provocados por essa fonte e analisa, de maneira crítica, o caso específico da Usina de Belo Monte. Diversos impactos são citados, tais como: remoção de 10 mil famílias de suas casas, prejuízos a pelo menos 4 mil indígenas, destruição da fauna e flora locais, desvio do rio Xingu e seus efeitos socioambientais, além do aumento da criminalidade. Esse tema encerra o capítulo.

A análise dessa obra nos surpreendeu pelo pouquíssimo espaço destinado às regiões brasileiras em um capítulo específico à elas, o que se tomou como recorte para este trabalho, o que dificulta, inclusive, uma investigação mais aprofundada. No entanto, apesar das poucas

páginas, a obra conferiu certo destaque às comunidades tradicionais locais — com enfoque nos ribeirinhos — e foi bastante assertiva ao criticar as obras de infraestrutura na região, mencionando de forma clara e direta seus graves impactos.

3. QUAIS ABORDAGENS, QUAIS PERSPECTIVAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

A análise das três obras, sobretudo das duas primeiras, permite constatar e refletir sobre como a predileção pelo discurso economicista e toda a ênfase na descrição e análise a partir da lógica do desenvolvimento parecem corresponder à ideia de que esse desenvolvimento é um objetivo a ser alcançado. Caso contrário, as obras dedicariam muito mais espaço à diversidade cultural presente na floresta, aos saberes tradicionais e às ameaças seculares enfrentadas pelos povos que nela vivem.

Também parece ser uma escolha cuidadosamente delineada, nas três obras, não citar nominalmente nenhum dos responsáveis pela devastação ambiental e social ocorrida na floresta há mais de um século. Nesse contexto, mencionam-se as comunidades tradicionais de forma genérica, transmitindo a ideia de que a história da Amazônia começa em 1500, e que os povos da floresta são meros coadjuvantes — ou espectadores — dessa história. Soma-se a isso a opção de não mencionar nenhum grupo empresarial atuante na degradação do bioma e de suas populações.

Segundo Vilela (2018, p. 141-142), essa opção discursiva, marcada pela predileção pela dimensão econômica e pela supressão de outros temas, como se percebeu na análise das três obras desta pesquisa, pode ser considerada uma forma de “interdição”, decorrente das escolhas editoriais influenciadas pelas disputas curriculares.

Já em relação ao livro *Geografia, Espaço & Interação*, o pouco espaço destinado exclusivamente à Região Norte já permite inferências sobre as escolhas editoriais no que diz respeito à análise regional, a partir da própria organização da obra. Por outro lado, essa limitação impede uma apreciação mais ampla de sua abordagem sobre outros elementos da região, os quais se distribuem ao longo do volume, mas escaparam ao objeto de análise desta pesquisa. Constatou-se, contudo, um maior peso, nessa obra em relação às duas primeiras (da Editora Moderna), na valorização das comunidades tradicionais — com foco claro nos ribeirinhos —, bem como uma comunicação mais assertiva no que diz respeito aos impactos das obras de infraestrutura existentes na região.

As tabelas a seguir buscam sintetizar tais análises de maneira quantitativa, segundo a abordagem dada a cada um dos assuntos de interesse.

TABELA 2 - Síntese dos assuntos abordados no livro Araribá Conecta Geografia

Assunto	Destaque	Descrição
Recursos naturais e biodiversidade	Alto	Aborda a importância econômica da Floresta Amazônica e sua biodiversidade.
Povos indígenas e comunidades tradicionais	Baixo	Menção genérica aos povos indígenas, sem detalhamento cultural ou histórico.
Impactos ambientais	Médio	Desmatamento, queimadas e impactos de hidrelétricas são tratados como “males necessários”.
Atividades econômicas	Alto	Extratativismo mineral, projetos de integração e Zona Franca de Manaus.
Desenvolvimento sustentável	Médio	Menção a projetos sustentáveis, mas sem abordagem estrutural.

Assunto	Destaque	Descrição
Urbanização e problemas sociais	Médio	Destaque para a urbanização acelerada e problemas sociais decorrentes.

Fonte: Elaborado pelo autor.

TABELA 3 – Síntese dos assuntos abordados no livro Expedições Geográficas

Assunto	Destaque	Descrição
Recursos naturais e biodiversidade	Médio	Descrição da biodiversidade, mas com foco no potencial econômico.
Povos indígenas e comunidades tradicionais	Baixo	Menção genérica aos indígenas e ribeirinhos, sem aprofundamento cultural.
Impactos ambientais	Alto	Crítica aos impactos de grandes projetos, como hidrelétricas e desmatamento.
Atividades econômicas	Alto	Ciclo da borracha, Zona Franca de Manaus e projetos de integração.
Desenvolvimento sustentável	Médio	Menção a iniciativas sustentáveis, mas sem soluções estruturais.
Urbanização e problemas sociais	Médio	Destaque para a urbanização e problemas sociais, como favelização.

Fonte: Elaborado pelo autor.

TABELA 4: Síntese dos assuntos abordados no livro Geografia Espaço & Interação

Assunto	Destaque	Descrição
Recursos naturais e biodiversidade	Baixo	Pouca ênfase na biodiversidade, com foco em aspectos urbanos.
Povos indígenas e comunidades tradicionais	Médio	Destaque para ribeirinhos e saberes locais, mas pouca menção a indígenas.
Impactos ambientais	Alto	Crítica clara aos impactos de hidrelétricas, como Belo Monte.
Atividades econômicas	Médio	Menção à Zona Franca de Manaus e problemas urbanos decorrentes.
Desenvolvimento sustentável	Baixo	Pouca abordagem sobre sustentabilidade.
Urbanização e problemas sociais	Alto	Destaque para a urbanização e problemas sociais na região Norte.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Acreditamos que o levantamento descrito acima seja capaz deixar claro que as três obras carregam elementos em comum, como a ênfase reiterada nos recursos naturais da floresta e em seu potencial econômico. Essa visão utilitarista reforça o papel dos povos locais de subordinação à lógica da exploração e da produtividade como se não houvesse protagonismo de tais povos em suas próprias histórias e trajetórias e na construção das suas relações como comunidades e com a floresta. Outro ponto em comum entre as obras é o de que o modo de vida de tais povos quase não é explorado e em geral esta abordagem se limita a mencionar a

importância do rio e da floresta para as comunidades locais, o que desperta também uma importante crítica: a ideia de que os povos da locais sejam os únicos interessados e beneficiários da proteção dos recursos da floresta, construindo uma narrativa de que para quem não vive na Amazônia outras coisas seriam mais importantes como, talvez, as próprias obras de infraestrutura tão mencionadas e destrinchadas ao longo das coleções, sobretudo no caso das de autoria da editora Moderna.

Cria-se, com isso, uma ideia de que há dois tipos de interesses em disputa: o dos povos tradicionais e o dos “outros brasileiros”, como se somente tais comunidades da floresta precisassem do ecossistema florestal preservado, ou como se fosse possível sobreviver, respirar e se alimentar de “estradas”, “hidrelétricas”, “projetos de integração”.

A aparente disputa de interesses trazida pelas obras parece traduzir a disputa real entre o capital, cujos interesses vão há décadas em direção à Floresta Amazônica e seus ativos econômicos – recursos – e os interesses dos povos locais e demais setores da sociedade que não lucram com a exploração dos recursos da floresta. Tal disputa se reflete, portanto, na forma de enxergar a floresta por parte da sociedade e na forma de descrevê-la, impactando, assim, na produção de conteúdos e materiais didáticos cuja pesquisa se destinou a analisar, uma vez que tal produção parte, em geral, de grandes grupos editoriais envolvidos e interessados na dinâmica capitalista e financeira nacional e internacional e nos ganhos potenciais existentes no âmbito educacional brasileiro (VILELA, 2023).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das três obras — *Araribá Conecta*, *Expedições Geográficas* e *Geografia: Espaço & Interação* — revelou que todas carecem de abordagens mais plurais e contextualizadas. Constata-se, a partir da pesquisa realizada, que as decisões editoriais, sobretudo nas obras da Editora Moderna (*Araribá Conecta* e *Expedições Geográficas*), alinham-se a uma perspectiva utilitarista e economicista na análise da Região Norte.

Observa-se um grande foco — tanto em conteúdo quanto em volume de páginas — dedicado à descrição detalhada de projetos de infraestrutura e ocupação, frequentemente subordinando a análise dos elementos naturais às suas potencialidades econômicas.

No que se refere às terras e populações indígenas, bem como às demais comunidades tradicionais, o tratamento é genérico e superficial, com pouca valorização da diversidade étnica e cultural desses povos. Chama atenção, ainda, a noção de uma suposta “equiparação de forças” entre indígenas e invasores europeus, apagando as violências e desigualdades históricas que marcaram esse processo.

De forma igualmente genérica, são abordados os responsáveis pelos impactos socioambientais na floresta. Embora diversas páginas tratem dos problemas sociais e ambientais existentes na Amazônia — por vezes interpretados como inevitáveis ou “necessários” —, não há uma única menção direta a pessoas, grupos ou empresas responsáveis por tais impactos.

As propostas de solução, assim como a busca pelo desenvolvimento sustentável, aparecem de modo geral e pouco articulado com os capítulos anteriores. Ações pontuais são, por vezes, apresentadas como suficientes para resolver problemas estruturais, cuja resolução, em muitos casos, deveria ser responsabilidade do Estado brasileiro.

Conclui-se, em última análise, que os livros didáticos — sendo frequentemente o único recurso disponível em muitas escolas públicas — devem ampliar e tornar mais plurais suas abordagens regionais, incorporando a diversidade cultural, os modos de vida e o protagonismo dos povos da floresta, para além da lógica meramente produtivista.

Esta pesquisa buscou justamente contribuir para esse debate, ao propor um olhar ampliado e crítico sobre os livros didáticos — tanto os aqui analisados quanto quaisquer outros utilizados no contexto escolar. Espera-se que professores e professoras possam, a partir disso, promover uma leitura reflexiva dos conteúdos e trazer suas próprias contribuições e questionamentos para cada aula.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Investimento do MEC em livro didático é 79% maior em 2024*. Agência Gov, 27 fev. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/investimento-do-mec-em-livro-didatico-e-79-maior-em-2024>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- EDITORA MODERNA (org.). *Araribá Conecta: Geografia – 7º ano: manual do professor*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2022.
- EDITORA MODERNA (org.). *Expedições Geográficas: Geografia – 7º ano: manual do professor*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2022.
- FOLHA DE SÃO PAULO. "Arrancada para conquistar o gigantesco mundo verde". São Paulo, 10 de Outubro de 1970. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_10out1970.htm. Acesso em: 15 abr. 2025
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. *Programas do livro*. Brasília: FNDE, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Mapa político da Região Norte – 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_regionais/politico/2017/norte_politico2700k_2017.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE e MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Mapa de Biomas do Brasil – primeira aproximação*. Brasil, 2004. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/biomas/mapas/biomas_5000mil.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. *Caderno de estudo: bioma Amazônia e o desmatamento*. Rio de Janeiro: IBAM, 2015. 57 p. (Série Programa de Qualificação em Gestão Ambiental). Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/acervo->

projeto-cartilhas-outros/IBAM-Bioma-Amazonia-Desmatamento-caderno-estudo.pdf

Acesso em: 15 abr. 2025

PAULA, Marcelo Moraes; PINESSO, Denise Cristina Christov; RAMA, Maria Angela Gomez. *Geografia: espaço & interação – 7º ano: ensino fundamental – anos finais*. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022.

VILELA, C. L. Currículo da Geografia Escolar: de onde se produz o sentido de mínimo comum? *GEO UERJ*, v. 43, p. 01-20, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/77730>. Acesso em: 05 abr. 2025

VILELA, Carolina Lima. *Currículo de geografia: analisando o conhecimento escolar como discurso*. 2013. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VILELA, Carolina Lima. Conhecimento escolar de Geografia: explorando discursos em disputa na definição de fronteiras entre as disciplinas nos currículos. *Revista Educação e Filosofia*, v. 32, n. 64, jan./abr. 2018.

VILELA, Carolina Lima. Livros didáticos e o discurso do conhecimento escolar em Geografia: a abordagem regional como regularidade. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 4, n. 8, p. 55-70, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/239/133>. Acesso em: 05 abr. 2025